

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2014: _____

---Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Esposende e no Auditório Municipal de Esposende, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Esposende (Sessão Comemorativa dos 40 anos do 25 de Abril), expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Otilio Fradique dos Santos Hipólito, em substituição de Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo dezassete horas e quarenta e cinco minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
João Maria de Sousa Nunes da Silva,

Jaquelina Casado Afonso Areias,
Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:
Helena Maria Carvalho de Abreu,
João Eduardo Pinto Felgueiras.

01. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

01.01. ABERTURA DA SESSÃO COMEMORATIVA DOS 40 ANOS DO 25 DE ABRIL:

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando os presentes e declarando aberta a sessão extraordinária comemorativa dos 40 anos do 25 de abril. Referiu ainda que a sessão comemorativa dos 40 anos do 25 de abril, realizada através de uma assembleia extraordinária foi tomada em deliberação na Assembleia Municipal por acordo entre todas as forças políticas presentes e um programa elaborado pela Comissão Permanente em articulação com a Câmara Municipal de Esposende. -----

01.02. MOMENTO MUSICAL: _____

O momento musical foi protagonizado pelo Ensemble Vocalis, que, para além de alguns temas de abril, entoou o Hino Nacional. -----

01.03 - CONFERÊNCIA “A INFÂNCIA DE ABRIL: 40 ANOS DA TOMADA DA PALAVRA”: _____

Usou da palavra o Prof. Álvaro Campelo, que apresentou uma Conferência “A Infância de abril 40 anos da Tomada da Palavra”, cujo conteúdo se transcreve:

*Infância de Abril.
40 anos da Tomada da Palavra.
Álvaro Campelo
(Auditório Municipal de Esposende, 25 de Abril de 2014)*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Esposende
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mos. Senhores Deputados da Assembleia Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmas. autoridades, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
Minhas Senhoras e meus Senhores; cidadãos de Abril!*

Início esta comunicação com os versos de Sophia

*“Esta é a madrugada
que eu esperava*

*O dia inicial inteiro
E limpo
Onde emergimos
da noite e do silêncio
E livres habitamos
A substância do tempo”
(Sophia de Mello Breyner Andressen)*

Abril é mês de esperança. Dos ramos das vides brotam as primeiras folhas, junto à seiva que corre do ramo podado. Duas forças em oposição: no corpo do ramo a vida cresce e ganha o verde prometido; no extremo, o suco da vida escorre para a terra, perdido, inconsequente! É esta a “substância do tempo” referida por Sophia: um tempo de corte, de fim, de morte, para que a vida, a força, a generosidade brote e floresça, numa dádiva!

Naquela madrugada de Abril de 1974, donde emergimos da noite e do silêncio, fizemo-nos inteiros e habitamos a liberdade! Daqui o título: Infância de Abril, 40 anos da tomada da palavra! A infância é a promessa, a tomada da palavra, esse grito contra a noite e o silêncio!

Não é de estranhar que comece pela infância!

40 anos na história, não passam da infância de uma ideia! É certo que nestes dias somos confrontados com rostos há muito familiares nas celebrações de Abril, agora marcados por rugas e cabelos brancos. Mas seria grande a ilusão se pensássemos ver nesses rostos cansados, alguns já só lembrança, o envelhecimento de uma ideia, o silenciamento do grito de liberdade da madrugada de Abril, o momento de avaliar um “fim de história”, aquilatando resultados e conquistas resolvidas.

Haverá datas e acontecimentos que esse destino merecem, pois são meras decisões de momento, projectos a resolver um egoísmo, uma falta urgente, um problema grave, até. Isso pode-se avaliar! Abril de 74 não está nessa ordem das coisas! Abril de 74 não pode ser avaliado apenas por resolver os problemas existentes antes dessa data; não serve para dar somente sentido à história particular de um indivíduo, mesmo que muito aí o tiveram; não pode ser manipulado para justificar, sequer, uma ou outra ideologia. Nele vemos algo maior do que essa mudança que celebramos!

É certo que há nessa história, a história de como cada um de nós assumiu e viveu o 25 de Abril de 74, sabendo que tantas vidas mereceram esse dia e tantas mudaram a partir desse dia!

Mas ele é ainda maior! É o dia que aparece como “um rasgão” na história (nas palavras de Teolinda Gersão). O dia inicial inteiro!

Nesta segunda década do século XXI, as experiências desse dia são familiares a uns, a outros recordações vagas e, a ainda outros, meros relatos de livros e de testemunhos. Alguns daqueles que mais sofrem neste momento, a famosa “geração rasca” e a “geração perdida” não entendem a promessa e a esperança de Abril. Os primeiros ainda provaram que eram capazes de inovar e serem os grandes motores da mudança, mas hoje carregam os custos de

uma família a viver a insegurança; os segundos nem isso tiveram, pois com o diploma de formação foi-lhes entregue junto um bilhete de viagem! Não conseguem formar família, nem casa, nem uma esperança.

Não consigo imaginar a razão de me terem convidado para proferir esta comunicação, em dia tão importante! Agradeço o convite! Durante muito tempo hesitei na forma e na orientação dos objectivos. Decidi que devia dar substância ao título que escolhi.

Infância tem aqui dois sentidos: o da minha própria recordação da revolução de Abril e o de ela, a revolução, passados 40 anos, conservar a força da promessa e o desejo da transformação!

Como poderia a minha experiência de Abril de 74 elucidar ou testemunhar um acontecimento desta envergadura, se a idade não me permitia um lugar junto aos que lutaram contra um regime ditatorial; ou, até, o fato de ter vivido a infância numa família onde a política não era uma preocupação evidente. Mas mesmo à margem das grandes lutas e de uma consciência política informada, não deixei de testemunhar duas marcas do regime derrubado em Abril: o medo da polícia política e o sofrimento das famílias que enviavam os seus filhos para a guerra colonial.

Era uma manhã de Maio de 1972, e estava com um familiar, junto a um grupo de pessoas amigas desse familiar, na feira de Barcelos, quando vi o dedo trémulo apontar um homem que se afastava desse grupo; e um sussurro ao meu ouvido: "este homem é da PIDE!" Eu não sabia o que era a PIDE, mas entendi que coisa boa não era, tal o medo e suspeição nas vozes e olhares dos que me rodeavam, nos corpos inseguros; a recusa a verticalidade de pessoas arrojadas e livres! Essa experiência nunca a esqueci e marcou para sempre a minha memória da violência e do medo.

Não sabia, então, que crianças como eu tinham seus pais em prisões, violentados e humilhados, em torturas infames, para preservar uma ideia de mundo seguro, tão cara a muitos; para recusar a vontade universal da liberdade de escolha, pois o governo, supostamente, sabia o que era melhor para todos! Não importa aqui discutir os perigos ou a validade dos projectos daqueles que eram "contra a situação"! Importa, isso sim, denunciar que ninguém pode tomar a decisão ou a liberdade do outro, na suposição que está a protegê-lo de um perigo ou do erro!

Quantas vezes ouvíamos essa expressão tão, aparentemente, inocente: "pertencer à situação!"; "ser contra a situação!" Mas o que seria, afinal, essa famosa situação? A palavra "situação" é definida de várias formas no dicionário. Ora localizando um corpo no espaço por referência a pontos exteriores a ele; ora definindo um estado social, económico, profissional e afectivo. Mas o que é apropriado ao seu uso neste contexto, é o ela definir a condição de quem adopta a facção política que está no poder, que exerce o governo! Esta é uma posição confortável, quando o poder é legítimo e corresponde aos ideais dos que adoptam a facção política desse poder. Um conforto quando, mesmo na legitimidade, não se questiona o exercício do poder, não se reivindica um escrutínio sábio por uma comunidade cidadã e livre.

Mas estar com a situação, quando ela é ilegítima, quando ela não se sujeita ao escrutínio, e a um sadio questionamento, é um exercício de menoridade intelectual, de desonestidade com a nossa condição de homens livres e pensantes! É extraordinário como os regimes ditatoriais, de direita e de esquerda, porque a história foi pródiga em ambos os campos, constroem uma narrativa de segurança e de verdade, de um futuro organizado pelo poder, onde “o pensar” é escusado e o desejo alternativo uma ofensa! Mais do que convidar a “estar com a situação”, o poder ditatorial faz da “situação” um estado de normalidade, um convencimento que se transforma numa “evidência”: tudo o que não está contra a “situação” é uma anormalidade, um crime, uma adesão ao absurdo da mentira! Por isso não é de estranhar esse sentimento de segurança de “estar com a situação”! Recentemente fomos confrontados com a pergunta, em colóquios e seminários destas celebrações: qual a razão do regime perdurar tanto tempo? A resposta é clara: a maioria das pessoas sentia-se segura “com a situação”! Foram educadas para isso! Era esse o estado das coisas antes de Abril de 74! Nas palavras do governo, após o falhanço do golpe das Caldas, em 16 de Março de 1974: “Reina a ordem em todo o país”!

Mas a palavra “situação” também tem o significado de “circunstância oportuna para a realização de algo; uma oportunidade”! E esse foi o outro “estado das coisas”! E daí as palavras de Salgueiro Maia, na noite de 24, em Santarém: “Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado. Os estados sociais, os corporativos e o estado a que chegámos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegámos!”

Era este o momento, a situação oportuna para mudar!

E esse estado a que havia chegado a sociedade portuguesa estava definido por uma outra marca do final da ditadura: o colonialismo e a guerra colonial! Ela resumia bem o paradoxo em que vivia a sociedade portuguesa que aceitava “a situação”: havia guerra para manter uma ideia de Portugal, do Minho a Timor. Uma ideia que a muitos fascinava, no mito do império português civilizador e diferente do das outras potências coloniais, uma civilização luso-tropical, de que Gilberto Freyre era o grande teórico; mas uma guerra que levava os filhos mais jovens de Portugal para terras e lutas longínquas!

Na minha memória a guerra veio num dia triste, mas diferente, há minha aldeia. Nesse dia chegaram fardas e armas ao largo da igreja, junto com um caixão a sepultar no cemitério da freguesia! Era um jovem que morrera em Angola! Se o estrondo dos tiros de salva honravam aquela morte, a aldeia em lágrimas não deixava de procurar sentido para a ceifa prematura de uma vida ainda promessa!

Depois foram um tio e vários primos a enviar fotos e aerogramas com notícias estranhas! O sufoco das novidades, a angústia de um atraso no correio, as imagens na televisão dos votos de Feliz Natal, de muitas prosperidades (que por vezes engasgava os menos habituados a tais fidalguias linguísticas) e o “Adeus até ao meu regresso!”. Os que regressavam, traziam os whiskies da moda, a carpete tropical que ia para a parede da sala, o corpo treinado, as recordações das aventuras! Várias vezes me escondi por entre os sacos de arroz da venda da minha tia, para escutar essas aventuras! Quando descoberto, logo era corrido a pontapé, pois aquelas não eram histórias para a minha idade, diziam! Outras coisas vieram com estes soldados, mas a essas só mais tarde deram a devida importância. Quantos filhos olharam para

seus pais e viram o pai violento, intranquilo e irascível, quando não passavam de homens doentes, a viver as consequências do stress pós-traumático de guerra!

A guerra colonial estava em todas as famílias! Numas porque a viveram e a sentiram na pele, noutras porque viram os seus membros masculinos fugirem para o estrangeiro, na recusa à mobilização para a guerra!

Nos anais da história consta o célebre Decreto-lei de Julho de 1973, que permitia a equiparação dos oficiais milicianos aos do quadro, como a causa da sublevação dos capitães! Mas a verdade é que este facto é mais um dos elementos que provavam o tal “estado em que estávamos”, referido por Salgueiro Maia! Com o evoluir da guerra e a exaustão dos recursos humanos, operacionais e políticos, é convicção dos militares que a guerra não tem solução militar. Por isso impõe-se a mudança! São os escalões intermédios militares, os mais implicados no esforço de guerra, alguns com várias comissões no chamado “ultramar”, que vão formando uma consciência fundamentada do tal estado das coisas. Desse sentimento e certeza dá prova o livro de António de Spínola, “Portugal e o Futuro”, lançado em Fevereiro de 1974, a dois meses da revolução! Um livro que escapa à censura, aprovado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Costa Gomes, e escrito pelo seu Vice-Chefe! Ele começa por referir a “situação”: “Portugal vive hoje, sem dúvida, uma das horas mais graves, da sua história”! Era esta a urgência e o drama da situação! Mas ela já não tinha a ver, a partir de agora, apenas com questões regimentais, ou até com os problemas de resolução política da questão da guerra! O problema estava mesmo na ordem política e, por isso, não era dali que se iria esperar a solução! Aderir à situação não era mais aderir ao poder; era, de forma radical, recusar esse poder!

Um país novo tinha de surgir e a revolução que se anunciava não podia deixar de o pensar. O Movimento conspirador tem de se ir adaptando ao evoluir das reivindicações e dos anseios dos portugueses. De tal forma que o documento que preparam seja um Programa Político para fundamentar a revolução e o exercício do poder saído da mesma. Por isso ele tem a liberdade, as eleições livres e a resolução política da guerra colonial, como pontos centrais! E, o mais importante, que esse poder fosse desde o início pensado para ser atribuído à sociedade, não querendo os militares apoderar-se dele.

Quando o país amanhece em 25 de Abril de 1974, na rua já estava um outro Portugal! Um Portugal de coragem e de liberdade, a desabrochar no rubro cravo florido, um novo sangue feito sem bala em cano de espingarda. O silêncio é derrubado e a Palavra livre foi tomada pela rua.

Se em Maio de 68 a palavra que definia o poder saiu da Cátedra do Poder (político e académico) e campeonou pelas ruas de Paris, em Abril de 74 silencia as armas da guerra e os gritos da tortura, as decisões dos tribunais coletivos e o azul da censura, para se transformar em grito de vitória e em alegria esfusiante pelas ruas de Lisboa e de outras cidades do país. Michel de Certeau, referindo-se a Maio de 68, escreveu o livro “Prise de la Parole” que alguns consideram a melhor síntese desse grande acontecimento histórico, e que reproduzia a famosa “Prise de la Bastille”, da revolução oitocentista francesa.

Tomar a palavra é ocupar o lugar da cidadania; tomar a palavra é conquistar o direito a recusar todo o silêncio do medo, da cobardia ou do conluio com qualquer poder que não ouve, não dá espaço à liberdade de escolha.

O que celebramos, hoje, afinal?

Celebramos essa infância de Abril, o dia em que nos tornamos inteiros! Celebramos a promessa, celebramos a esperança!

Afinal, Abril não se cumpriu: Abril cumpre-se ainda hoje e irá cumprir-se, se o quisermos, no futuro!

Apesar das lamúrias de muitos – e algumas bem fundadas nos factos do presente - , é unânime que após o 25 de Abril Portugal se transformou. Portugal estava preparado, como terra lavrada pelo sofrimento da ditadura, da guerra colonial, para receber a semente da liberdade. E se eram tantos os que se sentiam ligados, num conforto inconsequente, à situação anterior, foram outros tantos e, ironicamente, por vezes os mesmos, que se reconheceram livres e celebraram a liberdade de Abril.

A semente da liberdade dos capitães de Abril logo brotou em certeza de vida diferente. É verdade que teve ainda muitas contrariedades (e ainda as tem, hoje em dia), como toda a criança, que vai caindo na aprendizagem do andar, mas que logo se levanta em passos mais desvoltos e seguros. Ainda estamos nessa infância de toda a revolução! Seguindo o conceito de Thomas Khun, que o aplicava à ciência, o paradigma revolucionário é o que possibilita uma outra leitura do mundo, que resolve as questões que já não têm resposta nas teorias da ciência normal. A ciência revolucionária abre um outro paradigma. Foi isso que aconteceu em Abril de 74: um outro paradigma teórico e uma outra forma de construir sociedade! A realidade atual só diz que esse paradigma ainda não foi superado, ou seja, ainda hoje é revolucionário! Por isso ainda se está a cumprir. Mais, ainda precisa de ser cumprido! O da cidadania plena, na participação, na liberdade, no direito à palavra que denuncia a injustiça, que incomoda, porque questiona!

Muitas coisas foram, entretanto conquistadas: para além da liberdade de voto, de expressão, e de associação, temos o nosso Serviço Nacional de Saúde, talvez a maior conquista de Abril (veja-se o caso do que aconteceu com a evolução da taxa de mortalidade infantil, que passou de uma taxa típica de país de terceiro mundo – cerca de 30 por mil – para uma das melhores do mundo – 3 por mil); temos a educação e a investigação; o poder autárquico; a segurança social, etc. Porque razão nos sentimos tão frustrados, tão revoltados? O Facto é que a atual crise, com responsabilidades várias e complexas, golpeou profundamente o quotidiano de tantas das nossas famílias, seja no desemprego, na emigração, na perda de segurança que julgávamos assegurada. Por causa dela questionamos tudo e lamentamos tudo! Mas fazemo-lo porque a nossa percepção de qualidade de vida alterou-se, porque as nossas expectativas não são mais somente o pão de cada dia (mesmo que saibamos que muitos nem isso têm)!

A nossa revolta é a forma de expressarmos a impotência da fazermos ouvir e dar consequência à nossa Palavra! Outros poderes – que muitas vezes não conseguimos entender como se gerenciam – desprezam a palavra, pois vivem no silêncio de gabinetes distantes, e agem no

silêncio de ordens digitais. São os poderes de uma finança cada vez mais complexa, opaca e de interesses desconhecidos ao comum dos cidadãos. Os donos desses poderes criaram sofisticados sistemas de ganhar dinheiro, onde o acesso a esses sistemas só é permitido a uns poucos. Quando esses sistemas falham, a resolução já não exige sofisticados esquemas e jogos financeiros, mas somente aquilo que conhecemos como "contas de merceeiro": o ter e haver! Desapareceu o dinheiro? Há que repor! E neste momento já todos sabem quem tem de repor: aqueles que nunca beneficiaram com os tais esquemas financeiros!

A sociedade em que hoje vivemos é muito mais complexa do que a de 1974. Vivemos naquela que alguns autores chama de "sociedade de risco", partindo da concepção de Ulrich Beck, em contextos da modernidade reflexiva. O processo de individualização na sociedade do risco incorpora a necessidade de um papel ativo de cada um, para a consciência do risco que a todos afecta, mas com a convicção de que essa afectação é desigual. Daí que os conceitos de justiça social, capital social e equidade (explorados por A. Sen) devam ser convocados como princípios orientadores para desenvolver a ação social e política. Vivemos numa sociedade que nos desafia pela emergência de uma violência étnica e religiosa em muitas partes do mundo, por graves e emergentes problemas de segurança sanitária, de novos desafios de participação cidadã. Tudo isto dentro da dificuldade de definir um novo pacto social, como foi entendido no passado, pois não mais temos o mesmo fundamento social e cultural, mas grupos diversos, culturas diversas, que têm de conviver no mesmo espaço público. Este é o maior desafio da Europa dos dias de hoje, que resvala para processos de xenofobia, de discriminação, quando não sabe lidar com os problemas surgidos desta sociedade multicultural e com a necessidade de inclusão social de grupos minoritários.

Abril deve-nos ajudar a refletir o presente, assim como deu sentido à manhã de Abril de 1974. Celebrar os 40 anos de Abril é novamente, e sempre, tomar a palavra para entrar na discussão do futuro. É pensar no nosso sentido de dignidade individual, mas também pensar no sentido de pertencermos a uma comunidade, do papel desta comunidade e do Estado. Será impossível cumprir Abril se abdicarmos de um pensamento colectivo, de um desígnio colectivo, da solidariedade que tem de vencer designações vagas e anónimas como, por exemplo, "os mercados", "as empresas de notação"!

Quem tem, afinal, a palavra! Quem tem de lutar contra essa banalização do poder anónimo, não sujeito a escrutínio, essa "situação" que escapa ao poder democrático? Cada um de nós, sozinho, não pode escapar a esse poder, mas também não pode sujeitar-se a ele!

Celebrar os 40 anos do 25 de Abril é retomar a Palavra que denuncia; o sentido de Povo que tem a autoridade de decidir. Eu sei que isto pode parecer romântico nos dias de hoje, mas não podemos deixar de acreditar que algo dessa revolução romântica tem, na verdade, muito de possível e muito de desejável para este momento da história de Portugal e da Europa.

Será romântico reivindicarmos um futuro para os nossos filhos; reivindicar que, para além das responsabilidades a atribuir a cada um de nós, haja sistemas de saúde que não excluam ninguém; que o emprego não seja uma miríade para tantos dos jovens que querem iniciar uma vida familiar; que a educação superior não passe outra vez para franjas restritas da sociedade e um desejo irrealizável para todo o jovem com vontade de saber e de construir um futuro

melhor?

Será romântico pensar que tem de haver nesta sociedade um lugar digno para os idosos, quando eles são contabilizados apenas como um custo? Será romântico pensarmos que Abril não nos oferece um outro tipo de poder: não somente o poder gritado em slogans, o poder mascarado de Povo, quando ao Povo só se dá um exercício jurídico de democracia formal. Tem de haver um outro sentido para a palavra Povo que não seja esse que fala de um "outro" exterior à autoridade que dele imanou. Povo hoje significa cidadania; povo não significa uma realidade passiva, objeto; Povo significa uma sociedade em ação, participativa, capaz de dialogar com o poder; capaz de tomar a Palavra e dentro da palavra construir a sua dignidade!

No passado falava-se de poder popular, da aliança Povo MFA, da apropriação do poder pelas camadas populares. Atualmente, talvez esta não seja a forma e a substância de um poder democrático e respeitador das liberdades individuais. Hoje o poder em exercício terá de legitimar o seu poder adquirido nas urnas com novos meios e estratégias de manter o contacto com a sociedade e a comunidade que o elegeu. Usando e explorando as novas tecnologias e as relações com uma sociedade cada vez mais consciente dos seus direitos e dos seus deveres, através das Associações de cidadãos, o poder terá de fomentar e aceitar esse diálogo partilhado, esse assumir de responsabilidades e de decisões que implicam quotidianamente os cidadãos. Seja no desenvolvimento económico, seja nas estratégias de vida urbana, seja em novos modelos de participação e de decisão, seja na consciência de que o desenvolvimento sustentável só será uma realidade quando todos estiverem comprometidos. A velocidade das mudanças a que hoje estamos sujeitos exige um outro exercício do poder: não já somente aquele que vem da autoridade democrática saída das eleições, mas também aquele que brota cada dia de grupos de cidadãos, a quem a autoridade terá de ouvir. O poder hoje é em si mesmo "fraco" e sujeito a constante fragilidade (Naim). Mas essa fragilidade terá de saber constituir-se em poder efetivo e promotor da dignidade humana.

Se Abril foi semente para outras revoluções na Europa, não será esse Abril libertador, ainda, a matriz e fonte para entendermos os desafios que hoje enfrentamos? Saibamos nós alimentar a dignidade, a liberdade, a justiça e a igualdade, prometidas nesse Abril de muitas memórias! E que a memória não seja uma história mitificada e manipulada por uns e outros, mas a fonte para nos entendermos como Povo que tem, definitivamente, a palavra! Obrigado!"

01.04 - INTERVENÇÕES POLÍTICAS: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; GRUPOS POLÍTICOS COM REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL; PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE.

Intervio seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Agostinho Silva, cuja intervenção se transcreve:

*“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende
Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
Senhores Vereadores*

Senhores Representantes das Instituições

Minhas Senhoras e meus Senhores

A Assembleia Municipal de Esposende através dos representantes diretamente eleitos pelos eleitores do Concelho de Esposende entendeu comemorar os 40 anos do 25 de abril. Acordou um programa e em colaboração com a Câmara Municipal de Esposende o mesmo está a ser concretizado.

O que nos moveu foi a celebração do importante momento que este dia tem para a nossa geração e, principalmente, para as gerações vindouras. Quisemos e queremos marcar e realçar a importância da conquista dos direitos fundamentais, da democracia e no fundo da liberdade, em todas as suas dimensões, têm para a nossa existência e para a nossa felicidade enquanto realização como ser humano.

Importa, desde já, dizer que os ideais do 25 de abril estão presentes no nosso Estado Constitucional e assentes em princípios estruturantes consagrados na nossa Constituição da República Portuguesa: princípio do Estado de Direito; o princípio Democrático; o princípio da Socialidade; o princípio da Unidade do Estado, sendo que estes princípios se concretizam e densificam em outros princípios e subprincípios.

E são estes princípios que, passados 40 anos, da revolução devem ser lembrados, pois, como é natural, esquecemo-nos das conquistas quando as mesmas se tornam duradouras.

O Estado de Direito implica uma Constituição que vise conformar as estruturas do poder político e a organização da sociedade segundo a "medida do direito".

O Estado de Direito é um Estado de Justiça, em que há respeito pelos direitos das minorias; há equidade (equilíbrio) na distribuição de direitos e deveres fundamentais; há igualdade de bens e de oportunidades; em que se verifica o princípio da proibição do excesso; a segurança jurídica e a proteção da confiança dos cidadãos.

Amplamente associado ao Estado de Direito estão o princípio da igualdade nas suas dimensões distintas mas absolutamente complementares: uma dimensão igualizadora, que significa tratar de forma igual o que é igual; uma dimensão diferenciadora, que significa tratar de forma diferente o que é desigual.

O Princípio da Igualdade traduz-se na igualdade na aplicação do direito e igualdade na criação do direito; no princípio de justiça social, de igualdade de oportunidades; e no princípio de igualdade perante os encargos públicos.

A raiz antropológica do Estado de Direito reconduz-nos à natureza do Estado como forma de garantia do Homem enquanto pessoa, como cidadão, como trabalhador e como administrado. Daqui vem a natural integração de um sistema de reconhecimento e proteção de direitos fundamentais do ser humano na própria Constituição através do princípio do respeito da dignidade pessoa humana, em que a pessoa é colocada como fim supremo do Estado e do Direito.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende

Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia

Senhores Vereadores

Senhores Representantes das Instituições

Minhas Senhoras e meus Senhores

A Garantia de uma Administração Autónoma Local é um dos elementos constitutivos do Estado de Direito e que está conexas (pelos menos historicamente) com o princípio democrático. A democracia descentralizada (assente num poder local autónomo) assegurava a

separação territorial de poderes contribuindo para uma maior participação democrática no exercício de poder. A Constituição refere a conexão, também, da administração autónoma com o princípio democrático da organização do estado quando refere que “o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.”. Por seu lado o artigo 235º, nº 1 acrescenta que “ a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”.

A Constituição ao consagrar o princípio democrático procurou uma ordenação normativa para um país e para uma realidade histórica. A Constituição de 1976 respondeu normativamente aos problemas da legitimidade-legitimação da ordem jurídico-constitucional em termos substanciais e em termos procedimentais; em termos normativo-substancialmente, porque a constituição condicionou a legitimidade do domínio político à prossecução de determinados fins e à realização de determinados valores e princípios (soberania popular, garantia dos direitos fundamentais, pluralismo de expressão e organização política democrática; em termos normativo-processuais, porque vinculou a legitimação do poder à observância de determinadas regras e processos. A Constituição respondeu aos desafios da legitimidade-legitimação ao conformar o princípio democrático como forma de vida, como forma de racionalização do processo político e como forma de legitimação do poder. O princípio democrático, constitucionalmente consagrado, é mais do que um método ou técnica de os governantes escolherem os governados, pois como princípio normativo considerado nos seus vários aspetos políticos, económicos, sociais e culturais, ele aspira a ser um impulso dirigente de uma sociedade.

Este Princípio Democrático é um princípio complexo – de democracia representativa (órgãos representativos, eleições periódicas, pluralismo partidário, separação de poderes) e de democracia participativa (oferecer aos cidadãos efetivas possibilidades de aprender a democracia, participar no processo de decisão, exercer controlo crítico na divergência de opiniões, produzir inputs políticos democráticos). É um princípio dinâmico – aberto à liberdade de participação crítica, e logo à evolução pessoal e de ideologias. É um princípio informador do Estado e da sociedade – processo de democratização extensiva aos vários aspetos da vida económica, social e cultural. É um princípio de organização – legitimação da titularidade e exercício do poder político através do povo. O poder político é constituído, legitimado e controlado por cidadãos (povo), igualmente legitimados para participarem no processo de organização da forma do Estado e de governo. É um princípio de realização dos direitos fundamentais - dado que a participação dos cidadãos no processo democrático implica a contribuição de todos em igualdade e em liberdade; implica participação livre assente em garantias para a liberdade desse exercício (direito de associação, de formação de partidos, de liberdade de expressão); prevê a abertura do processo político no sentido da criação de direitos económicos, sociais, culturais constitutivos de uma democracia económica, social e cultural.

Ao contrário do que acontece nas ditaduras em que os governantes exercem o poder com indiferenças, mesmo contra a vontade dos governados, nas democracias regista-se a presença efetiva destes no estatuto e desempenho dos governantes, principalmente nos seguintes aspetos: intervenção na escolha dos governantes; intervenção na fiscalização dos atos dos governantes e na possibilidade da sua não designação.

Na prática a concretização da relação entre governantes e governados pode assumir-se: como democracia representativa, em que os governantes mandam em nome do povo e têm a sua

confiança política, em que a dimensão representativa relaciona-se com a designação dos titulares dos órgãos públicos, que desempenham os mandatos em nome do povo, em que a eleição é o modo fundamental dessa designação, e na qual participam através do voto os cidadãos ativos da comunidade. Como democracia referendária, em que o povo decide pontualmente sobre questões de governação, com a força de ato jurídico ou público. Como democracia participativa, em que o exercício dos direitos políticos que formam a opinião pública contribuem pelo menos informalmente para a limitação do poder do poder público e para a sua democratização.,

Por manifesta falta de tempo dedicarei alguns segundos ao Princípio da Participação ou princípio da democracia participativa. Diz respeito à intervenção dos cidadãos individualmente, ou principalmente em associações sociais, ou profissionais, nas tomadas de decisão das instâncias do poder, ou nos próprios órgãos do poder. O seu objetivo é suprir a distância entre o poder e os cidadãos, que resulta das fórmulas tradicionais da democracia a que a constituição se refere, quando fala no aprofundamento da democracia, que tem que ser visto como um conceito dinâmico. Os instrumentos que se colocam ao serviço da democracia participativa estão muito relacionados com os direitos políticos, que se materializam na liberdade de opinião, de expressão e informação; liberdade de imprensa; liberdade de reunião; liberdade de manifestação; liberdade de associação; liberdade de criação e militância nos partidos; direitos de petição e direitos de ação popular.

A democracia, económica, social e cultural é o que se costuma chamar de Estado social, e que se traduz essencialmente na responsabilidade pública pela promoção do desenvolvimento económico-social e cultural, na satisfação dos níveis básicos de prestações sociais para todos e na correção das desigualdades sociais.

A Constituição da República Portuguesa refere que visa a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e que visa a democracia, económica, social e cultural.

A relevância do chamado Estado social é que a sua realização é um processo, um caminhar no sentido de um crescente de justiça social, constituindo cada avanço nessa direção um aperfeiçoamento do Estado de direito democrático e cada progresso vai-se radicando com um elemento adquirido desse Estado. Por isso qualquer retrocesso no caminho percorrido não se limita a contrariar o princípio constitucional da democracia económica, social e cultural, mas infringe também diretamente o princípio do Estado de direito democrático. Assim o princípio do Estado social constitui uma diretiva constitucional, e a sua sistemática desconsideração pode resultar em situações de incumprimento da Constituição que afirma o princípio do não retrocesso social.

O núcleo essencial dos direitos sociais, já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se constitucionalmente garantido, podendo, por isso, entender-se como inconstitucionais quaisquer medidas estaduais que não criando outros esquemas alternativos ou compensatórios se traduzam na prática na anulação, revogação, ou aniquilação pura e simples daquele núcleo essencial. O princípio da democracia económica e social aponta para a proibição do retrocesso social, também designada como "proibição de contra-revolução social ou da evolução reacionária". Isto quer dizer que os direitos sociais e económicos (direitos dos trabalhadores, direito à assistência, direito à educação) uma vez obtido um determinado grau de realização, passam a constituir, simultaneamente uma garantia institucional e um direito subjetivo. A violação deste núcleo essencial efetivado justificará a sanção da inconstitucionalidade relativamente a normas que, manifestamente, aniquilem a chamada "justiça social".

Por último uma pequena abordagem ao princípio da Unidade do Estado, enquanto princípio estruturante do Estado, na óptica organizatória e territorial.

O Estado unitário será aquele que, num determinado território e para a população que nele vive, tem uma base única para a estadualidade. Isto significa que existe uma organização política e jurídica (o Estado) à qual se imputa a totalidade das competências estaduais (defesa, justiça, representação externa, por exemplo); que existe uma só soberania interna e externa, não existindo outras organizações soberanas (como nos estados federais); que da unitariedade do Estado resulta a imediatividade das relações jurídicas entre o poder central e os cidadãos, e resulta, ainda, a ideia de indivisibilidade territorial.

Em resumo unidade do Estado significa República una, com uma única Constituição e órgãos de soberania únicos para todo o território nacional.

É relevante notar que o princípio da autonomia das autarquias locais é uma das dimensões da organização do Estado unitário, ao lado do respeito pelo regime autonómico insular.

O poder autárquico e a sua organização ao serviço das populações são uma das grandes conquistas da democracia e um grande legado do 25 de abril.

As autarquias locais são uma componente da organização democrática do Estado, podendo dizer-se, assim, que é um princípio estruturante da organização política e da organização territorial do Estado, sendo uma garantia institucional transportando um núcleo ou reduto do poder local indisponível para o Estado. São dimensões concretas deste núcleo essencial do poder autárquico: o direito à existência, implicando autogoverno local, com órgãos representativos eleitos direta e indiretamente pelo colégio eleitoral de base; a garantia de órgãos representativos dotados de determinadas competências autárquicas; a garantia da prossecução de interesses próprios das populações respetivas através de órgãos de governo próprios. Há, assim, um conteúdo subjetivo, um conteúdo objetivo e um conteúdo institucional globalmente integradores da autonomia das autarquias locais, isto é, a autonomia local inclui um núcleo estável e irrevisível e o direito à organização própria e o direito às competências próprias para através dos seus órgãos representativos, livremente eleitos, prosseguirem os interesses próprios das populações, que pode ser feita de forma autónoma ou em cooperação com o poder político central.

Por último, uma leve abordagem sobre os direitos fundamentais que o 25 de abril de 1974 e todos os dias seguintes permitiram a sua concretização.

Analisando-se o objecto dos direitos fundamentais reconhecidos na Constituição, é facilmente verificável que eles consubstanciam e servem três valores constitucionais essenciais: a liberdade; a democracia política e a democracia económica. É esta trilogia que constitui o pressuposto e o critério substancial dos direitos fundamentais.

A distinção entre direitos e liberdades realiza-se com base na posição jurídica do cidadão face ao Estado. As liberdades estariam ligadas ao status negativus e através delas visa-se defender a esfera jurídica dos cidadãos perante a intervenção ou agressão dos poderes públicos, sendo chamados, também, direitos de liberdade, liberdades-autonomia, liberdades-resistência, direitos negativos, direitos civis, liberdades individuais: o direito à vida, direito à integridade pessoal, direito à liberdade e segurança, direito à identidade, ao bom nome e à intimidade da vida privada, direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência; liberdade de expressão e informação; liberdade de imprensa; liberdade de consciência, religião e culto, e outros.

Sob a designação de direitos estão quer os chamados "direitos naturais" inerentes ao Homem (direito à vida, à integridade pessoal), quer os direitos ligados ao status activus do indivíduo (direitos políticos, liberdades-participação, direitos do cidadão).

A Constituição refere-se não só a direitos, mas também a deveres fundamentais. Estes podem ser designados de deveres conexos com direitos fundamentais. Ao lado destes direitos-deveres, há também deveres-direitos - dever de recenseamento; dever de defesa da pátria. Há também deveres, não conexos com direitos fundamentais, que são chamados deveres autónomos - dever de pagar impostos; dever de serviço militar e de serviço cívico, entre outros.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende

Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia

Senhores Vereadores

Senhores Representantes das Instituições

Minhas Senhoras e meus Senhores

Por fim, porque estamos no uso da palavra e porque a vida política se faz através de atos e de ações, é importante terminar esta intervenção com uma referência à liberdade de expressão, uma das grandes conquistas do 25 de abril.

A liberdade de expressão é mais do que liberdade de comunicação social porquanto abrange todos e quaisquer meios de comunicação entre as pessoas. Atendendo ao conjunto de valores e princípios constitucionais fundamentais que a liberdade de expressão em sentido lato tem, podemos dizer que o direito da comunicação é direito constitucional concretizado. A liberdade de expressão, enquanto ferramenta de autodefinição e autodeterminação individual, ancora-se na dignidade da pessoa humana, procurando que os indivíduos sejam livres e responsáveis e não sejam susceptíveis de instrumentalização quer pelos poderes públicos quer pelo mercado de ideias. A liberdade de expressão é comunitária e procura o equilíbrio entre os interesses individuais e as necessidades da vida colectiva, pois o indivíduo desenvolve e afirma a sua personalidade através e pela comunicação que estabelece com os demais, tendo por base os princípios da justiça e reciprocidade e onde não exista discriminação ou coação. O valor da dignidade da pessoa humana é o fundamento da liberdade de expressão, mas é também o seu limite devendo, por isso, respeitar os direitos de personalidade. Porém, importa ter presente que este valor da dignidade da pessoa humana não possa ser um meio de restrição autoritária da liberdade de expressão das minorias e dos indivíduos, devendo, assim, ser compatibilizado com a autonomia individual que está subjacente a todo o catálogo dos direitos, liberdades e garantias e com os princípios da proporcionalidade em sentido amplo, bem como com a proteção do núcleo essencial desses direitos.

Todos os direitos fundamentais de liberdade são entendidos como direitos a uma igual liberdade, exigindo proteção da justiça comunicativa da sociedade, permitindo a existência e acesso a uma discussão aberta e pluralista, sem impedimentos e discriminações. Dessa forma se obterão níveis de participação efetiva e o desenvolvimento social dos indivíduos.

Uma ordem constitucional livre e democrática tem de afirmar o pluralismo de expressão como princípio fundamental, tendo por base o princípio democrático e exclui ideias de tipo totalitarista ou integrista. As liberdades de comunicação asseguram, aos indivíduos e grupos sociais, a garantia do direito de participação nos vários procedimentos comunicativos que permitem a circulação de ideias ou de informação, como emissores, transmissores ou receptores.

Assim, a liberdade de expressão é de importância capital em qualquer sociedade, pois é mercê dessa liberdade que as pessoas estão devidamente informadas e, assim, podem tomar decisões conscientes, responsáveis e livres. Através das liberdades de expressão, de informação e de imprensa resulta uma opinião pública livre, sendo um ideal baseado num relativismo político-cultural que não consente no monopólio da verdade por parte de ninguém, bem como na racionalidade da discussão pública. O ideal de formação livre da opinião pública funda-se, ainda, “na ideia liberal de que os factores que concorrem na formação de opinião pública devem ser equilibrados uns com os outros e reconduzidos ao princípio fundamental de democracia, segundo o qual todo aquele que esteja submetido à vontade geral deve participar na formação desta”.

Numa democracia, a opinião pública possui um peso político fundamental e um conteúdo eminentemente político, na medida em que constitui a base de legitimação do poder político democrático.

*VIVA O 25 DE ABRIL
VIVA ESPOSENDE
VIVA A LIBERDADE”*

Intervieio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção se transcreve:

“A Revolução de Abril foi o momento mais luminoso da história de Portugal. Foi a revolução que o POVO, há 40 anos, fez com os militares de Abril, soldados, sargentos e capitães que ora saúdo com emoção, entusiasmo e imensa alegria.

A Revolução de Abril feita na rua e cantada com hinos de alegria.

A Revolução onde as lágrimas dos olhos das gentes, tornaram mais rubros os cravos pendurados nos canos das carabinas dos heróis soldados e Capitães.

A Revolução de Abril, avenida de liberdade em direção a uma pátria renascida.

A Revolução que as crianças cantaram nos barrancos, nos caminhos das aldeias, nas ruas e avenidas das urbes e nos logradouros das escolas.

A Revolução feita de milhões de abraços fraternos.

E tudo foi há 40 anos, naquela madrugada de Abril, clara e vibrante, a mais linda das madrugadas, onde se despedaçaram algemas e mordaças e os sonhos se fizeram realidade.

Sim, há 40 anos o Povo Português soltou amarras e pôs termo a um dos períodos mais negros da sua história, a ditadura dos monopólios associados aos latifundiários. Uma ditadura fascista que, para condenar o país à miséria, ao atraso, ao subdesenvolvimento, prendia, torturava, matava quem, de forma persistente e coerente, resistia. Ditadura fascista, brutal e sanguinária em toda a linha, cujo húmus da sua existência era feito do negrume dos cárceres, das lágrimas e sofrimento do Povo, um povo, como referiu Jerónimo de Sousa na intervenção que hoje proferiu na Assembleia da República, “sofrido mas de onde emergiam os lutadores, comunistas, democratas, patriotas, que com muitos anos de prisão, perseguição e repressão, apesar das feridas e cicatrizes, sabiam que resistir era já vencer, mesmo sem saber em que data seria essa vitória”. Fascismo que, com toda a sua brutalidade, conseguiu tirar muitos bens ao povo português e aos povos dos países africanos então colonizados, mas não lhes conseguiu tirar nem a coragem, nem a dignidade.

A coragem e a dignidade, fermento certo da Revolução que, então, se fez!

E fez-se Abril! Abril que foi alegria, foi esperança, foi luta, foi a liberdade.

E num país, como dizia o comunista, poeta do Povo – Ary dos Santos – onde o pão era contado e onde morria primeiro quem nascia desgraçado”, Abril foi Salário Mínimo Nacional, foi a implementação do 13.º mês, das férias de trinta dias, dos direitos de maternidade, foi Serviço Nacional de Saúde, foi escola pública, gratuita e de qualidade para todos, foi a Reforma Agrária, poema – seara imensa, com pão para toda a gente, foi nacionalização dos sectores básicos da economia e Portugal a produzir e uma mais justa repartição da riqueza.

Abril foi Poder Local Democrático com o conjunto de avanços que ele proporcionou, foi a Paz com todos os Povos, e foram povos e países devolvidos a si próprios.

Abril foi dignidade para o nosso povo, foi independência e soberania nacionais.

Abril foi ideário e rumo para a efetivação de um Portugal próspero e de progresso.

E de Abril e Maio nasceu a Constituição da República Portuguesa e todo um edifício jurídico que ancorou conquistas e direitos dos trabalhadores e do nosso Povo.

Porém, com a passagem dos anos, vemos o deplorável ataque às flores rubras de Abril.

Hoje vivemos uma aparência de democracia.

Vivemos um tempo de ataque sem precedentes, e em toda a linha, à Constituição da República Portuguesa (CRP), desvirtuando-a nos seus pilares estruturantes e nos seus princípios fundamentais, os pilares que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal acaba de referir na sua intervenção, mas que nada disse sobre o desvirtuamento da CRP.

Hoje, o Governo de turno do PSD/CDS-PP ao serviço do capitalismo, e todo o seu séquito, incluindo os comentadores do sistema, propagam o princípio da adaptação da CRP aos interesses e vontades dos grandes grupos económicos e não aos interesses do nosso POVO. O Capitalismo reinante, através dos seus capatazes no Governo propagam a ideia da necessidade de uma outra Constituição, uma constituição conforme aos seus interesses, interesses das Tróicas (interna e externa), contra os portugueses, contra os direitos fundamentais – verdadeiras conquistas de Abril. Por isso, desta tribuna, digo que vivemos um aparato de democracia, porquanto esta se reduz ao seu aspeto formal. Não é uma democracia, conforme resulta da CRP aprovada em 1976. A democracia está ferida. Onde está a democracia económica, social, cultural? Sem estas vertentes, estamos perante um arremedo de democracia. Esta é a triste realidade, cujos autores não se podem esconder atrás de discursos de circunstância. O PS, o PSD e o CDS tudo têm feito para reduzir a democracia à sua vertente meramente formal.

Vivemos um tempo de regressões, vivemos, outra vez, dias cinzentos, feitos com nevoeiros de lágrimas tristes. E tudo isto fruto das sucessivas políticas contrárias aos valores da Revolução de Abril.

E assim é. Durante 37 anos, sucessivos Governos do PS, PSD, com ou sem o CDS/PP, exercendo o poder, executando a política direita, recuperaram e restauraram de novo o poder do grande capital, submetendo o poder político ao poder económico, rasgando ou engavetando compromissos assumidos com o povo e com a Constituição, com Abril. São políticas que estão a dar cabo do presente e a embargar o futuro do nosso país. Políticas criminosas e desumanas típicas dos tempos que Abril derrotou.

E neste tempo, outra vez duro e cinzento, nestes dias de desalento para milhares e milhares de portugueses, neste tempo em que se pretende denegrir Abril e reescrever a história, neste tempo de perda de direitos arduamente conquistados, importa reafirmar que nada está perdido para todo o sempre. Importa reafirmar que é possível uma vida melhor num Portugal de progresso, livre e democrático, com uma política patriótica e de esquerda, uma democracia

*avançada inseparável dos valores que emanam desse acontecimento extraordinário que foi a Revolução de Abril.
VIVA O 25 DE ABRIL!”*

Interveio seguidamente Artur Viana, do Grupo Político do CDS, cuja intervenção se transcreve:

“O Grupo Político do CDS-PP, na Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão extraordinária aos 25 de Abril de 2014, VEM APRESENTAR A SEGUINTE INTERVENÇÃO POLÍTICA:

Há 40 anos o povo oprimido, cansado e maltratado, liderado pelos capitães de Abril, revoltou-se e provocou a queda da estrutura política vigente.

A ditadura, a opressão e medo deram lugar a novos valores.

A revolução de Abril deu novo sentido à vida, à liberdade; liberdade de escolha, liberdade de opinião.

A herança de 25 de Abril de 1974 trouxe-nos responsabilidades; responsabilidade da liberdade, responsabilidade da opinião e responsabilidade de decisão. Decisões que nem sempre refletiram os valores de Abril, opiniões que não responsabilizam...

Passaram 40 anos e o povo volta a sentir o peso da irresponsabilidade política, das decisões em favor de interesses.

Passaram 40 anos e voltamos a sentir um ambiente de revolta transversal a todos os sectores da sociedade.

Não são as forças políticas ou militares que instigam o sentimento de revolta, mas as novas condições impostas pelo modelo global europeu que nos rege, condiciona e nos obriga a reaprender a viver com esta nova e dura realidade.

Esta nova realidade gerou novos movimentos cívicos que, alheando-se da política, procuram renovados valores na sociedade, procuram intervir e construir alternativas de vida.

São movimentos de indignação perante uma democracia corrompida pela economia e pelos interesses globais instalados.

Há 40 anos, conquistamos a liberdade, a democracia e acima de tudo recuperou-se a dignidade e igualdade do povo.

Os tempos atuais são de indignação, são de revolta perante a globalização da economia que nos acorrentou e lançou âncoras, que nos retirou a liberdade, que nos fez recuar 50 anos, que nos fez abdicar da nossa pátria procurando o sustento das famílias fora nas nossas fronteiras.

Uma vaga de emigração de cidadãos jovens e adultos, de famílias inteiras que procuram a sobrevivência através de um trabalho digno. Emigração que só tem comparação quando recuamos meio século.

Hoje o povo esclarecido pede responsabilidade, reclama unidade e exige eficácia.

Nós somos a imagem deste povo. Nós temos a responsabilidade do seu futuro.

A nossa opção política de representar o povo e o seu voto de confiança em nós traduz-se na responsabilidade de tomar as melhores decisões que contribuam para uma melhor qualidade de vida.

O poder local só ganha força se houver unidade nas decisões, se todos procurarmos o progresso da comunidade, pondo de parte idealismos nacionalistas e centralistas, em prol de um povo que os elegeu.

Povo que, mais do que nunca exige eficácia das decisões, eficácia de gestão de recursos económicos tão escassos.

Como líder do Grupo Político do CDS na Assembleia Municipal aqui e convosco renovo o compromisso deste grupo que represento de procurar sempre as melhores soluções em prol do bem-estar, do progresso sustentado deste município, na busca incessante de melhores condições e melhor qualidade de vida para os nossos Municípes, procurando garantir que estejamos num município sustentável e que garanta condições de investimentos, empregabilidade e de envelhecimento condigno.

Este é o nosso compromisso para convosco.

Festejar Abril é levantar mais alto os seus valores e defendê-los incondicionalmente, podem contar connosco nessa missão."

Interveio seguidamente Luís Sá e Melo, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

Queria começar por lembrar que o 25/Abril/1974 cruza com um facto do nosso concelho, pois poderíamos estar aqui hoje a comemorar os 40 anos de elevação de Fão a vila, coisa que ao tempo e pelas rivalidades de então entre Esposende e Fão não eram do agrado dos da vila de Esposende, pelo que na noite de 24 de Abril alguém bem conhecido em Esposende gritava.... Fão a vila? Nem que haja uma revolução!!!!

E ela aconteceu mesmo...e que me desculpem os Fangueiros, que só muito mais tarde foram elevados a vila perdendo uns anos como tal, mas o País ganhou com essa revolução liderada por um punhado de Capitães a quem hoje devemos prestar homenagem, mas que só teve êxito, porque a eles se juntou um Povo ansioso por se libertar de um regime de 40 anos de ditadura que o oprimia.

Quem viveu nessa altura sabe do que falo.

Sim, porque no meu caso que vivi de perto a prisão do meu irmão no forte de Caxias em 1967, onde foi sujeito aos celebres interrogatórios de horas a fio e a outras sevícias e que mesmo depois de ter sido solto foi perseguido à vista durante anos por agentes da PIDE e pasme-se.... quando depois ia passar algum tempo a Moçambique junto dos meus Pais, para poder recuperar e voltar para continuar os seus estudos em Coimbra, foi impedido pela PIDE de seguir viagem quando já estava dentro do avião, pois não tinha autorização para sair do País!!!!

Era este o País que tínhamos!!!! Ir a Moçambique era sair do País!!!!

Perante esta realidade e para que não fôssemos mais uma vez surpreendidos lá, com uma sua possível detenção, os meus Pais decidiram nessa altura que eu viesse para junto dele, continuar os meus estudos em Coimbra.

Desculpem este pequeno testemunho sobre o que era este País na ditadura e que a Revolução de 25 de Abril de 1974 veio libertar e permitir ao Povo Português recuperar a Dignidade e a Liberdade perdidas!!

Sim, porque a Revolução de Abril veio repor a liberdade de expressão, dado que até aí quem se exprimisse contra as ideias do governo tinha de olhar para o lado com medo de quem estava a ouvi-lo e se o fizesse sob a forma escrita ou outra tinha sempre a Censura para cortar a seu belo prazer, correndo sempre o risco das represálias ou de ser preso por delito de opinião....

Abril veio trazer entre muitos outros benefícios para todos os Portugueses o direito à Saúde, à Educação, à Justiça, à Proteção Social, à Habitação e ao Trabalho que são os pilares da dignificação de um Povo e que até aí só era para alguns.....

E é com alguma apreensão que vejo hoje o nosso Povo a perder muitas dessas conquistas de Abril sob o pretexto da crise. Tendo optado o governo pela perda de direitos dos cidadãos como uma solução para a mesma, quando poderíamos ter seguido caminhos alternativos para a resolver, ao invés de cortar na Saúde, na Educação, na Justiça (veja-se o mapa judiciário que desqualifica o nosso Tribunal de Esposende e que vai obrigar as gentes deste concelho a ter de se deslocar para longe para resolver assuntos da justiça) nos apoios Sociais, nos direitos de quem trabalha, nos salários, nas pensões, no aumento do desemprego, da miséria, da emigração, da luta entre gerações, entre profissões, entre público e privado. O que tem conduzido ao desespero muitos portugueses, sei do que falo pela profissão que tenho, sou psiquiatra.

Com estas políticas tão agressivas Portugal é hoje um país empobrecido, um país dilacerado por um desemprego alarmante e pelo aumento galopante das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo que o desemprego estabiliza acima dos 15%, no caso do desemprego juvenil acima dos 35%, um quarto da população portuguesa vive em privação material e um em cada dez portugueses vivem em privação material severa. Estes indicadores não se limitam a alertar para situação preocupante e alarmante, mas também apontam responsáveis.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) em 2012 o risco de pobreza em Portugal atinge 18,7%, valor superior em 0,8 pontos percentuais aos dados de 2011, e que é o valor mais elevado de risco de pobreza desde 2005. No caso das famílias monoparentais o risco de pobreza atinge os 33,6% e no caso das famílias numerosas com dois adultos o risco de pobreza passa os 40%.

O governo de maioria absoluta PSD/CDS apenas conseguiu aumentar as desigualdades. Em 2012 o rendimento dos 20% mais ricos atingiu valores que o fazem seis vezes superior aos dos 20% dos portugueses mais pobres. Portugal devia estar hoje a caminhar para se aproximar dos seus parceiros europeus e não o contrário.

Para o Partido Socialista estes indicadores são mais que um alerta, são a confirmação da significativa degradação das condições de vida, são resultado de um caminho errado: o caminho da austeridade reforçada, o caminho da desvalorização do trabalho, o caminho dos cortes nas políticas sociais. Mas a situação desde 2012, data de referência da maioria dos indicadores, piorou, piorou devido à manutenção da política de austeridade esgrimida pelo governo e que os resultados sociais infelizmente se podem observar por todo o país.

O governo aplicou o dobro da austeridade que estava no memorando original e tomou um caminho de desvalorização do trabalho e de corte nas prestações sociais. Este caminho de austeridade reforçada aplicado pelo Governo PSD/CDS falhou completamente, empobreceu o país e não garantiu sucesso económico.

Esta é uma questão de civilização e de democracia. Pessoas pobres e cada vez mais pobres estão impedidas de exercer os seus direitos e deveres. Para o Partido Socialista há outro rumo, um novo caminho assente no crescimento económico e na proteção social dos mais fracos. O Partido Socialista considera que é preciso quebrar o ciclo vicioso da anemia económica do desemprego e do empobrecimento de Portugal. Para o PS só apostando no emprego, num estado social solidário podemos atingir o crescimento económico e social.

É o emprego que permite aliviar as prestações sociais e reforçar as contribuições para a segurança social e a coleta de impostos para a manutenção de um estado social competente,

eficiente e viável. O estado social permite uma sociedade com menos desigualdades, mais solidária e garante uma aposta forte na educação e formação, favorecendo o ambiente para um crescimento económico sustentável. O crescimento económico é a alavanca necessária para garantir emprego sustentável. O Partido Socialista defende o aumento do salário mínimo nacional, que tem apoio dos parceiros sociais e dos patrões e ao qual apenas agora o governo diz vir a aceitar.

A maioria PSD/CDS criou constrangimentos e destruiu o trabalho de vários governos na área social, em especial nas parcerias com instituições particulares de solidariedade social e deixou à sua sorte milhares de portugueses. A milhares de portugueses foi retirado o rendimento social de inserção, o complemento solidário para idosos e o complemento de dependência.

O governo teima, também em debilitar a economia social, em destruir e deixar sem amparo os portugueses, promovendo a regressão demográfica e a desertificação.

Caros Esposendenses, Portugueses... Temos de nos unir para vencermos as nossas dificuldades, mas tendo sempre presente que não podemos perder os ideais que Abril nos trouxe, pois há outros caminhos para vencermos as nossas dificuldades e esses não podem ser os que nos levem a perder a nossa Dignidade.

Viva Esposende, Viva os Capitães de Abril, Viva a Revolução de 25 Abril de 1974, Viva Portugal.”

Interveio seguidamente Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção se transcreve:

“Começava por citar um Esposendense que em 22 de junho de 1974 dizia sobre o acontecimento político do 25 de abril.

“Que nenhum português se iluda no caminho a percorrer, nós só seremos um povo livre e senhor do seu destino, se todos soubermos ser dignos do 25 de Abril, e fizermos dessa arrancada um alvorecer radioso, sensato e prometedor.””

*Manuel Garcia Monteiro
Esposende, 22 de Junho de 1974*

Depois de citar um esposendense que viveu intensamente aquele momento político, recupero, também, a memória de Sá Carneiro que, em 1974, definiu o 25 de Abril como “a hora do reencontro, da liberdade política, das condições de acesso à democracia pluralista, o abrir dos caminhos da democracia social e económica”.

Celebrar o quadragésimo aniversário de Abril obrigou-nos, desde logo, a uma reflexão sobre a forma como evoluiu, ou não, o conceito de democracia e ainda se se mantêm vivos os princípios basilares em que assenta este nosso regime democrático.

Desde sempre, e de forma consensual, se aceitou que para se viver em democracia bastaria dois princípios fundamentais – a igualdade e a liberdade, naturalmente, aliados a um estado de direito. Acontece porém, que este conceito vai evoluir, vai-se tornar mais amplo, mais reflectido, obrigando a que, hoje, para se afirmar que estamos no caminho para uma democracia participativa se exijam três condições basilares que correspondem à nossa soberania, à igualdade e respeito pelo pluralismo político e à aceitação de um normativo social.

Roger Scruton um filósofo e escritor inglês cuja especialidade é a Estética afirmava que a democracia por si só não pode proporcionar liberdade pessoal e política, a menos que as instituições da sociedade civil também estejam presentes nesse processo.

É assim, e nesta evolução, que vamos ao encontro da chamada Democracia Participativa, que antes referimos, e que entendemos como sendo a maneira como os cidadãos devem intervir directamente nos procedimentos da "tomada de decisão" e, porque não dizer, no controlo do próprio exercício do Poder. É claro que ainda não chegamos a esse ponto de viragem. Vemos que o acesso aos nossos representantes, de forma permanente, ainda não é um hábito instituído e a nossa vivência democrática vai-se fazendo, de forma activa, sempre que ocorre um acto eleitoral. Depois desse momento, depois de escolhidos os nossos representantes, torna-se difícil, senão mesmo impossível, fazer ouvir as nossas opiniões e, também, que as nossas preocupações possam, em algum caso, servir para uma tomada de decisão. Não é de todo displicente que aqui diga que a vida democrática se tem limitado, a maior parte das vezes, ao simples acto de votar, esvaziando-se nesse preciso momento. Era bom que a sociedade civil, participando nessa desejada Democracia Participativa, exerça o seu poder político e participe activamente no debate público.

Não é por acaso que o PSD de Esposende, no manifesto eleitoral que apresentou para este mandato, anunciou que estava disponível para permitir aos esposendenses "um maior envolvimento na definição das políticas locais, através da implementação de um modelo ajustado localmente de Orçamento Participativo".

Não vale a pena falar-se e apregoar-se a igualdade, a liberdade, a diversidade e a solidariedade sem que todos tenhamos consciência de que todos, e cada um de nós, "somos responsáveis pelo que acontece nas questões locais, nacionais e internacionais. Somos cidadãos do mundo e, portanto, co-responsáveis por tudo o que ocorre". Não nos resignamos perante posições mais conservadoras que afirmam que "o excesso de participação é um dos maiores perigos para a democracia e que quanto maior é a participação da cidadania, maiores os riscos para a estabilidade democrática".

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Temos assistido de alguns anos a esta parte a um afastamento e até a um divórcio entre o cidadão e a política ou, se quisermos, entre os cidadãos e os políticos. Será este um sinal de que o regime está em perigo? Não será antes uma forma capciosa usada pelos políticos de hoje para se constituírem numa elite política onde deixa de existir uma cidadania de elite e passe a vigorar um corpo político de elite, inacessível para a maioria, onde prevalecem os poderes económicos, os grandes interesses mundiais, as grandes organizações, os espaços onde se discute a nossa própria soberania. Todos nós sabemos que esta forma de estar na política, a criação de um elitismo político, acarreta imensos problemas. Nietzsche dizia que aqueles que fazem tudo por amor, fazem-no sempre para além do bem e do mal. É isto que eu temo dos políticos que constantemente apregoam que tudo o que fazem é porque amam o seu país. Receio que a nossa elite política, que se apresenta como defensora da honra do nosso país, que teima em cumprir de forma obstinada tudo o que nos é imposto, que não olha atentamente para um dos pilares da democracia que é o contrato social, venha a perigar os fundamentos que estiveram na base da Revolução de Abril.

Montesquieu dizia de forma categórica "A democracia tem dois excessos que devem ser evitados: o espírito da desigualdade que a leve ao governo de um só; e o espírito da igualdade extrema, que a conduz ao despotismo de um só". Não faltam exemplos, neste mundo conturbado, daquilo que acabamos de dizer.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Viver num Estado de Direito é sobretudo respeitar os direitos fundamentais. Compete ao Estado lutar contra a intranquilidade da população e nunca ser o próprio estado a criar factores que conduzam à desordem e à agitação subversiva. É verdade que Portugal está a passar por uma grave crise económica e que se transfere, naturalmente, para o ambiente social. É verdade que nos últimos anos aumentou a insegurança das pessoas e bens, é certo que se vive de forma angustiada e sem que se vislumbre uma solução para breve.

Sá Carneiro nas eleições de 1979 e perguntado se Portugal, na situação que estava, tinha capacidade para reduzir os impostos, respondeu, sem rodeios, que sim, desde que houvesse austeridade pública, se houvesse uma boa gestão da coisa pública e se houvesse determinação na cobrança das receitas. E dizia ainda que deveria ser objectivo prioritário para a prossecução da justiça social, aumentar o poder de compra dos portugueses. Quando lhe perguntaram se era, de facto, um liberal, respondeu que "se se entende por liberal todo aquele que acha indispensável que qualquer solução política respeite as liberdades e os direitos fundamentais da pessoa humana, sou efectivamente liberal. Se, por outro lado, se limita a concepção de liberalismo ao campo exclusivamente económico e se tem como liberal aquele que preconiza a abstenção do poder político em relação ao campo económico e ao campo social, nesse sentido, não sou um liberal".

Hoje vivemos na sequência da Revolução de Abril que foi levada a efeito sem derramamento de sangue e que nos abriu as portas da liberdade. Mas para prosseguirmos esse Abril é forçoso que em momentos difíceis, como os que vivemos, façamos um esforço e assumamos compromissos. Não faltam os ensinamentos ao longo destes 40 anos de democracia, não faltam teses que nos apontam os caminhos a seguir. Tem faltado, isso sim, é um verdadeiro compromisso entre os agentes políticos para que se cumpra Portugal."

Interveio seguidamente o Presidente da Câmara Municipal de Esposende, cuja intervenção se transcreve:

Comemoram-se hoje os 40 anos da emblemática revolução de Abril de 1974, a revolução dos cravos como ficou conhecida, manifestação caracterizadora da atitude e natureza pacífica do povo português a que todos nos orgulhamos, com certeza, de pertencer.

Desde criança (porque tinha apenas 4 anos em 1974), que fui ouvindo sistematicamente a história e as estórias desse dia 25 de Abril, as movimentações militares que permitiram a materialização do golpe, o quão perto estivemos de um eventual confronto, a evocação dos protagonistas principais, dos mentores e dos autores dessa façanha, assim como das disputas ideológicas e políticas que se lhe seguiram.

Acredito portanto que seja também matéria consabida pela grande maioria dos presentes.

Mais do que uma análise histórica sobre os acontecimentos desse dia, ou mesmo do contexto político-social em que ocorreu, importará perceber que país herdamos e quais as

consequências da eliminação de um estado totalitário e do ingresso num regime, dito democrático. O que ganhamos afinal com o 25 de Abril de 1974.

Quarenta anos de ditadura deixaram marcas profundas na nossa sociedade, arriscaria mesmo dizer que algumas ainda hoje se fazem sentir. Ainda anda muita gente por aí com tiques autocráticos, que ainda cultiva a personalidade porque, apesar de se pretenderem confundir com o povo, se acham verdadeiramente superiores aos outros. Podemos ter ultrapassado a ditadura imposta pelo estado novo, mas entramos muitas vezes num mundo de pequenos ditadores e de apego ao poder, cujo exército é hoje o mundo da comunicação, o mundo de uma parte da imprensa, especialmente daquela que não consegue aguentar a pressão da independência e da isenção. Confundem-se muitas vezes estes personagens, herdeiros de uma forma de pensar do antigo regime, com verdadeiros estrategas e gurus do conhecimento, sem refletirmos porém que são a parte que devemos expurgar da política. A política, para o bem de todos, deve ser um estado e não uma profissão ou um fim em si mesma. Deve ser a mais nobre das atividades, pois os políticos não devem ser nem mais nem menos do que os materializadores da vontade comum e nunca devem assumir-se como principais protagonistas. Acredito que vivemos um tempo de mudança, um tempo em que mais do que a manutenção do poder, mais do que o cerrar fileiras e identificar adversários que vastas vezes são transformados em inimigos de estimação, devem colocar-se em primeiro lugar os interesses dos nossos cidadãos, o interesse do povo, o interesse daqueles que os escolheram para os representar. Não admira portanto, por via dos políticos que temos tido nos sucessivos governos e em algumas autarquias, que a democracia e os partidos políticos estejam hoje em crise e que os níveis de abstenção sejam tão expressivos.

Em 1974 éramos (somos) um país pobre, com uma população pouco instruída, e portanto facilmente manipulável nas mãos de pseudopolíticos hábeis e diria naturalmente mal-intencionados, pois encontravam aí terreno fértil para satisfazerem as suas ambições pessoais. Difícil ponto de partida portanto, para um país e para um povo, para quem a conquista da liberdade, suprema utopia, foi engodo e chamamento apelativo. A questão da impreparação do povo para lidar com a possibilidade de escolha, é para mim um dos aspetos que mais condicionou o desenvolvimento de uma democracia saudável e verdadeiramente representativa.

O direito e vontade de liberdade, essa endógena à natureza humana, traiu-nos a razão, pois não acautelamos lideranças à altura de nos conduzirem para um caminho de rigor e de desenvolvimento. Pelo contrário, geramos líderes que, fruto da ambição e de poder, nos enganaram sucessivamente e nos conduziram, ciclo político atrás de ciclo político, para uma cultura de facilitismo e de dependência de um estado que não cuida dos seus, umas vezes por que não quer e outras simplesmente porque não pode.

O resultado dessa forma de liderança foi a permanência de um país e de um povo depauperado e um caminhar para sucessivas bancarotas do estado. Quarenta anos passados, vivemos mais uma vez um período de dificuldades acrescidas e de mais sacrifícios dos portugueses, com origem e raízes bem claras e identificadas nessa dita cultura de facilitismos, de dependência e diria, de enorme irresponsabilidade.

É por isso que ainda hoje ouvimos muitas vezes dizer que não foram integralmente cumpridos os ideais de Abril, e não foram mesmo. Se a revolução fosse perpetrada hoje, definiríamos os mesmos objetivos ou iríamos mais longe? Não duvido que iríamos mais longe nas nossas ambições, e é por isso que é minha opinião que o 25 de Abril deve ser evocado como memória dos seus personagens e visto como uma rotura com o passado, mas deve ser reinventado ano

após ano. É uma realidade talvez cruel para alguns, mas as verdades não são imutáveis, elas alteram-se com o conhecimento. O 25 de Abril foi porventura o primeiro degrau da escada da nossa democracia tal como a conhecemos hoje, tem que lá estar sob pena de a escada se desmoronar, mas não devemos permanecer sempre nesse degrau. Temos que continuar a subir a escada, sempre numa ótica de respeito, de responsabilidade, de maior liberdade e de maior participação dos nossos cidadãos no processo democrático.

Somos a espaços um povo confuso, que não acredita nos líderes que elege, que não acredita na justiça que tem, que não acredita nas instituições a que recorre, nem mesmo no próprio estado de que é parte integrante. Aceitamos contudo que enquanto Portugal mudou, muita coisa mudou também no mundo que nos rodeia. Se houve evolução tecnológica por demais evidente, é certo que também houve uma grande mudança sociológica.

Assim sendo, estaremos nós, volvidos estes anos, percecionados os erros cometidos e ultrapassada a juventude da nossa democracia, e apesar de todo este aparente desnorte, em condições de dar um salto qualitativo na nossa sociedade?

Estaremos em condições de iniciar uma transformação da atitude política e dos políticos, assim como da própria resposta dos cidadãos, lutando e exigindo os seus direitos, mas reconhecendo também os seus deveres de cidadania?

Julgo que sim!

Sim, porque acredito mesmo muito na nossa juventude, sei que estão muito melhor preparados do que as gerações que os antecederam, que são mais solidários e que têm um espectro bem mais amplo do conceito de justiça, de integridade e de entreajuda. Faltar-lhes-á porventura um pouco mais de arrojo e de coragem, mas grande parte dessa responsabilidade é nossa pelo protecionismo a que os sujeitamos.

Sim também, porque acredito cada vez mais no papel das mulheres na nossa sociedade, não numa ótica sequer de igualdade de género, pois essa já nem devia ser discussão para os dias de hoje, mas precisamente para a evocação da diferença. E é um facto incontornável que as mulheres, talvez porque genericamente mães, têm uma sensibilidade especial para determinados assuntos com os quais os homens têm mais dificuldades em lidar. Eu sei que hoje também há cada vez mais homens com muita sensibilidade, eu diria mesmo até demais...mas a das mulheres, acredito é mais genuína!

Minhas Senhoras e meus Senhores, cometemos inevitavelmente muitos erros, mas tivemos também enormes conquistas nestes 40 anos que nos separam de 1974.

Apesar de todas as dificuldades, apesar de termos sido maioritariamente mal, ou pelo menos incompetentemente governados, apesar de termos tido instituições que não responderam aos nossos anseios e necessidades, apesar dos arrufos de corrupção, não duvido que a conquista das diferentes liberdades e os avanços que o nosso país sofreu nestes 40 anos fizeram com que o 25 de Abril de 1974 tivesse sido um marco da nossa história contemporânea.

Uma das maiores conquistas de Abril foi precisamente aquela que nos permite estar hoje aqui em representação do povo, o Poder Local!

Reconheça-se que se houve algo que contribuiu para a melhoria considerável das condições de vida das populações, e que lhes trouxe o desenvolvimento nas suas diferentes vertentes, foi o poder local. Foram os autarcas eleitos dentre o povo, em resultado da proximidade com os cidadãos e de uma melhor perceção das suas necessidades, que lutaram como puderam e souberam para que o estado, outrora distante, pudesse estar mais presente. Apesar de pagarem quase sempre uma fatura elevada na sua vida privada, e de vastas vezes se confundir

a árvore com a floresta, continuará porventura a ser das formas mais dignas de nos colocarmos ao serviço das populações.

Chegados aqui, importa olhar para o futuro e perspetivar aquilo que nos espera no futuro.

Entendo que, a poucos dias de terminar mais um Resgate Financeiro ao nosso país, estamos na iminência de inaugurar uma nova etapa na nossa sociedade, um novo rumo para Portugal.

Não concordando com boa parte do que se tem feito e da forma como se tem feito, durante este período de ajustamento, é um facto que todos temos consciência de que o caminho que trilhávamos no passado recente não era sustentável e as consequências dessa irresponsabilidade se tornaram devastadoras.

Bastar-nos-á não regressar à ignorância e à ingenuidade coletiva, não acreditar nas promessas de facilidades, e exigir simultaneamente rigor e competência aos nossos governantes, independentemente da sua orientação política.

Se conseguirmos atingir o ponto de maturidade democrática em que já não nos vemos como os cidadãos contra o estado, mas sim como parte dele. Se evoluirmos para um estágio em que não nos protegemos uns aos outros enquanto cidadãos, mas em que conseguimos diferenciar que um cidadão incumpridor não é um exemplo a seguir, mas sim um mau exemplo que lesa toda a sociedade.

Se conseguirmos substituir uma cultura de burocracia por uma cultura de simplificação, de agilização e de responsabilidade.

Se soubermos manter viva a nossa memória coletiva e se nos transformarmos numa sociedade mais justa e que confira mais oportunidades aos nossos jovens.

Se conseguirmos ser mais solidários para aqueles que não conseguem acompanhar a evolução acelerada deste mundo capitalista, altamente competitivo e instável em que vivemos.

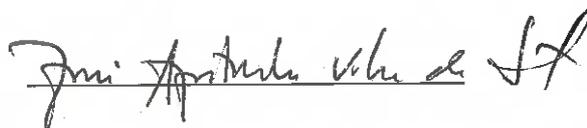
Se conseguirmos tudo isto e o fizermos em diálogo e em total respeito pela opinião de todos, valorizando aqueles que têm visões diferentes das nossas, então sim, então conseguiremos mudar este país para melhor.

Temos daqui a um mês uma excelente oportunidade para materializarmos o exercício da liberdade, pois estaremos em pleno processo eletivo europeu. Não é concebível que ao mesmo tempo que, enquanto sociedade, nos dizemos amordaçados e sem forma de expressar a nossa opinião desbaratemos o direito de votar e de escolher os nossos representantes. Apelo portanto ao voto e ao exercício pleno da democracia nas próximas eleições, como corolário dos direitos alcançados em Abril de 1974.

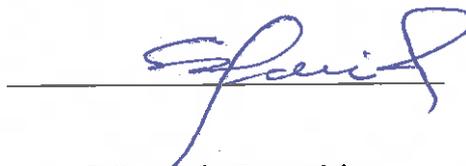
Um agradecimento final ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal Dr. Agostinho Silva e a todos os restantes membros pela organização e partilha com a câmara municipal das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril de 1974. Bem hajam. Viva Portugal!"

---Sendo dezanove horas e cinquenta minutos, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a presente sessão. -----

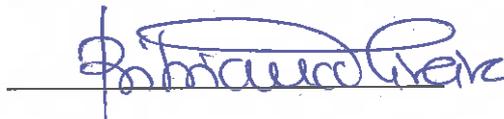
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



ATA

N.º 02/2014

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
25 de abril de 2014**

